

OLIVEIROS S. FERREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

A cidade e o País

Em toda essa crise que se está vivendo, uma coisa me surpreende, para não dizer espanta: Brasília reage como se aquilo que se investiga nela não seja produto dela, cidade artificial. Pensando em Brasília e no futuro que ela nos reserva, não posso fugir a duas lembranças de mais de 30 anos. Uma, o mote do artigo que escrevi sobre Brasília depois de uma viagem em que Júlio de Mesquita Filho levou parte de seus colaboradores para que conhecessemos a cidade que então se construía: "Mas alguém perguntou a você, seu pai, seu irmão, se queriam que Brasília fosse construída?" Outra, a observação mordaz de doutor Júlio a um dos que nos havia convidado, todos olhando

as máquinas trabalhando, trincheiras enormes abertas para que passassem encaamentos, o sol escaldante numa paisagem árida, candangos indo de cá para lá, torso nu: "Estes buracos são para nos enterrar, quando os que estão construindo Brasília e que a cercam se revoltarem?" Trinta anos passados, os que cercam Brasília nas cidades-satélites, ou morando debaixo das pontes no Plano Piloto não se revoltaram. Mas nós, os que não fomos

consultados sobre se se deveria ou não construir Brasília, nós já fomos ali sepultados. Para sempre, porque a cidade é irreversível como capital, e nessa permanência está inscrito todo o drama.

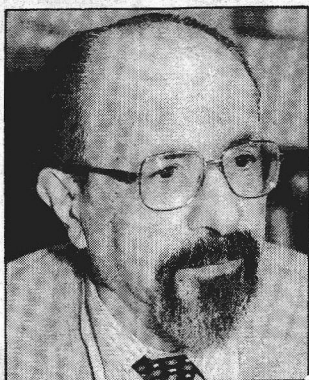
Não é o artificialismo da vida social, da *sociabilidade* que ali se criou que responde pela crise. Essa artificialidade, esse fingimento nas relações sociais explica o desabafo da esposa do diplomata no fim dos anos 70, chocada por não poder construir uma amizade, por passageira que fosse. O disfarce, o triunfo da aparência sobre a realidade explica as coisas em parte. É a concepção mesma da cidade, porém, a arquitetônica e a burocrática, que explica porque morremos. Gurvitch falava dos determinismos da morfologia social: quando não há esquinas para marcar encontros, cafés ou lugares para namorar, tudo de-

vendo ser feito nos bares dos hotéis, ou nos restaurantes, ou onde para chegar é uma travessia, não há possibilidade de desenvolver-se uma solidariedade *humana* que permita superar as divergências políticas ou sobreviver aos descompassos do poder administrativo. Pior ainda: quando a cidade não pode crescer a não ser para os que são ricos, ou nas cidades-satélites para os que trabalham para os ricos e burocratas, não há possibilidade de o movimento das pessoas conduzir à renovação dos quadros dirigentes na máquina burocrática. Constrangidos pela necessidade de *morar*, os burocratas que deveriam dirigir a máquina, os conselheiros dos diferentes príncipes (que são mi-

nistros, secretários, chefes de departamento, que seja) são sempre os mesmos — porque quem não pode morar em Brasília não pode dedicar-se ao Estado a menos que esteja, como nos tempos de revolução, dando sua quota de sacrifício à Causa. Ou então deve morar em hotéis, preocupado em saber como se poderá justificar perante o Tribunal de Contas da União os gastos feitos!

A consequência é uma só: os quadros administrativos dirigentes

não se renovam. Em Brasília, os conselheiros dos príncipes são sempre os mesmos — apenas que mudam de principado a cada queda de ministério. Não estranha, assim, que nessa cidade não solidária se tenham desenvolvido solidariedades estranhas dentro dos corpos políticos e administrativos. Os funcionários são recrutados entre os que *moram*, mesmo que seja por concurso; as dependências dos príncipes são determinadas pelos que podem morar. Falo dos quadros médios e superiores — que não se renovam. Quando o Estado entra em crise e os quadros administrativos não se reproduzem, como acreditar que uma renovação política, ao nível da classe política, — *que não é dirigente, convém lembrar* — possa impedir que a cidade sufoque o País, especialmente sabendo que é uma cidade burocrática e militar?



■ Oliveira S. Ferreira é diretor do Estado

Nós, que não fomos consultados antes da construção de Brasília, já fomos ali sepultados